

Memória da V Reunião do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia, Forprof-Ba / VIII Reunião do Fórum Estadual da Educação – FEE-BA, 2015.

Data: 25 de setembro de 2015

Local: Instituto Anísio Teixeira – IAT/SEC

Horário: 8h30

Temática: Sistema Nacional de Educação e Base Nacional Comum

Participantes: Prof^o Nildon Carlos Pitombo, Diretor Geral do IAT/Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), Vice-presidente do Forprof-Ba e Coordenador do Fórum Estadual da Educação; João Danilo de Oliveira, Diretor da Diretoria de Formação e Experimentação Educacional do Instituto Anísio Teixeira (DIRFE/IAT/SEC); Denise Santana Janzen, Coordenadora Institucional do Parfor Presencial da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Alessandra Santos de Assis, Coordenadora Institucional do Programa de Iniciação à Docência da Universidade Federal da Bahia (PIBID/UFBA); Alda Muniz Pepe, Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE); Gleydson Tavares, Supervisor do Parfor Presencial da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Kelly Priscila Vilela, Assessora da Diretoria de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (DIREDIAT/SEC); Kátia Souza de Lima Ramos, Diretora da Diretoria de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (DIREDIAT/SEC); Maria Cristina Martins Penido, Coordenadora Pedagógica do PIBID da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Rafael Moreira Siqueira, Coordenador de Gestão de Processos Educacionais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Hilda Silva Ferreira, Coordenadora Institucional do Parfor Presencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Khátia Marise Sales, Pró-Reitora de Ensino de Graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Flávio Santos, Coordenação de Desenvolvimento de Ensino Superior da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (CODES/SEC); Flávia Azevedo de Mattos Moura Costa, Coordenadora Institucional do Parfor Presencial da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Raquel Cruz Rodrigues, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Elias Lins Guimarães, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Reginaldo de Souza Silva, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Marcus Tulio Pinheiro, Coordenação UNEAD, Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Olívia Maria dos Santos Mendes, Diretora APLB Sindicato; Adriana Moreno Costa Silva, Coordenação Universidade Aberta do Brasil da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UAB/UNIVASF); Lurimar Batista, Comitê Gestor da Universidade Federal da Bahia (Comfor / UFBA); Ana Verena Freitas Paim, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Jancarlos Menezes Lapa, Programa de Iniciação à Docência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (PIBID/IFBA); Álamo Pimentel, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Walisson Araújo, Assessor do Ministério da Educação (SASE/MEC); Helaine Souza, Superintendência de Políticas para a Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SUPED/SEC); Sérgio Guerra, Conselho Estadual da Educação (CEE); Francisco Fábio, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Maria Auxiliadora Barboza, Universidade Católica do Salvador (UCSal); Ana Sueli, Diretoria Geral do Instituto Anísio Teixeira, Secretaria de Educação do Estado da Bahia (IAT/SEC); Luís Valter de Lima, membro do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA); Eledilce Lilian Peixinho, Técnica em Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC); Marta Caires (SEC); José Roberto Dantas da Silva (CEDRA); Mere Suely da Silva Oliveira (SEC); Vera Maria Oliveira Carneiro, Movimento de Organização Comunitária (MOC); Márcia Novaes, Central Única dos Trabalhadores (CUT); Cecília Maria de Alencar Menezes (SGInf/SEC); Cristina Kavalkievicz, Superintendência de Desenvolvimento de Educação Profissional (SUPROF/SEC); Iracema dos Santos, Gestora da associação das Escolas Agrícolas (AECOFABA); Astor de Castro Pessoa, Presidente da Academia Baiana de Educação; Cecília Petrina de Carvalho; Dyone Cristina Lago Miranda, Fórum Estadual da Educação (FEE-BA); Luzia Guedes Ferreira (FEE-BA); Jean Mario Araújo Costa; Eni Bastos, Superintendência de Gestão da Informação Educacional da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Lindalva dos Reis Amorim, Junior dos Santos (FEE-BA); Fátima Freire Dantas, Instituto Anísio Teixeira (IAT/SEC); Jean Mário Araújo Costa, Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Lucia Menezes, Instituto Anísio Teixeira (IAT/SEC); Luiz Gustavo Santos da Silva, Coordenador da Coordenação de Formação de Professores (CFP/DIRFE/IAT/SEC), Roselene Rodrigues Almeida Campos, Camila Santos Rosa e Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos, técnicas da Coordenação de Formação de Professores (CFP/DIRFE/IAT/SEC).

Após a fala do Profº Nildon sobre a relevância do encontro para a discussão das expectativas acerca das temáticas propostas no mesmo, foi formada a Mesa 1, com o tema “Sistema Nacional de Educação: busca de consensos”, composta por Walisson Maurício de Pinho Araújo (Secretário Executivo do Fórum Nacional de Educação e Assessor da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC); Álamo Pimentel Gonçalves da Silva (Diretor de Ensino-Aprendizagem – Universidade Federal do Sul da Bahia); Iracy Picanço e o mediador Sérgio Guerra (ambos do Conselho Estadual da Educação da Bahia). Com o uso da palavra, **Profº Walisson Araújo** comentou sobre a agenda que o MEC vem construindo ao tempo em que justificou a ausência de Flávia Nogueira e do Secretário Binho Marques. Por meio de slides, tratou a Constituição 1988 como referência para a Educação Pública e o Plano Nacional de Educação (PNE) como articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE) e seus referenciais de qualidade para todo o território. Ressaltou a institucionalização do Sistema Nacional de Educação como agenda obrigatória para todo o país, que a Bahia é composta por 417 municípios e, também por conta disso, há desarticulação de iniciativas, fragmentação de programas. Profº Walisson falou também sobre as diversas modificações na LDB, onde houve mais de 32 leis ordinárias que a alteraram em diferentes dimensões e, por conta disso, os referenciais nacionais de qualidade expressos na mesma devem ser observados. Tornar obrigatórios os Conselhos dos Fóruns de Formação, com espaços que funcionem em condições plenas, bem como reestruturar a Política Nacional de Formação dos Professores é prioridade. Falou sobre a importância do Sistema Nacional de Educação, como parâmetro para balizar os dados a respeito das políticas de Formação de Professores. A readequação do Sistema de Ensino precisa ser feita por lei. Destacou que, com a instituição do SNE, quatro dimensões podem ser contempladas: as alterações na LDB; regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal; adequação das regras de financiamento; adequação dos sistemas de ensino às novas regras nacionais. Com isso, serão adequados os fluxos de trabalho, incluso na LDB um capítulo sobre o Sistema Nacional de Educação, uma nova forma de organização da Educação Nacional e obrigatoriedade do funcionamento dos Conselhos de Educação e Fóruns. Com a palavra, o **Profº Álamo Pimentel** registrou que a Universidade do Sul da Bahia traz um projeto institucional bastante inovador e que inúmeros diálogos estão sendo retomados com a SECADI/MEC. Comentou sobre o PNE como política de Estado e que, portanto, além da observância relacionada à complexidade política e econômica, deve ser analisada a questão da multiculturalidade, natureza multicultural do país. Profº Álamo salientou que se deve pensar em uma profunda transformação na maneira em que as estruturas organizacionais estão estabelecidas, que é preciso transformar as estruturas escolares como garantia do direito à educação diferenciada, que é necessário um modelo de produção de conhecimento. Falou também sobre a necessidade do financiamento para a formação continuada e de pesquisa dentro da escola, a partir da necessidade da escola, como transformação do modelo de educação no Brasil. Ainda com a palavra, Profº Álamo sugeriu uma radical política de reestruturação que não tenha prazo de validade e que dê conta da transformação da educação sem desperdício das escolas que não são regulares. Sobre a interdisciplinaridade, citou a necessidade da melhoria da qualidade do conhecimento que se produz, de bases consistentes para garantir escola para todas as crianças e Universidade para todos. Falou que a reprodução no índice do IDEB é a tradução da falta de projetos. **Profª Iracy Picanço** salientou que não se confunde o Sistema Nacional de Educação com o Sistema de Ensino e que a Base Nacional Comum não pode ser outra lei a não ser cumprida como tantas outras. Princípios básicos devem ser definidos para a construção do SNE e os valores a serem percebidos, multiculturalidade, igualdade e qualidade. Observar o princípio da democracia, a relação escola x trabalho, sem variantes. O PNE não decide o Sistema. Há necessidade de clareza da esfera pública e esfera privada e do financiamento. Quanto do PIB está destinado à educação, financiamento expresso de onde vem. Observância da relação Sistema X Estrutura Social Desigual e da relação Sistema x Conjuntura Atual.

A primeira mesa foi desfeita e após intervalo, foi formada a Mesa 2, com o tema “Base Nacional Comum: um pacto federativo, composta por Francisco Fábio Vasconcelos (Universidade Estadual de Feira de Santana); Alda Pepe (Conselho Estadual da Educação); Helaine Souza (Superintendência de Políticas para a Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia) e como mediador, Valter Lima (Fórum Estadual da Educação – FEE-BA). Com a palavra, **Profª Helaine Souza** justificou a ausência da Profª Valdirene Souza e após mostrar um vídeo do MEC disponibilizado no Portal da Base Nacional Comum, comentou sobre as ações publicizadas no site da Secretaria Estadual da Educação no que concerne aos caminhos que a Bahia tem traçado, movimento entre Fórum, UNDIME e Redes para garantir a reestruturação do currículo para a Educação Básica. Profª Helaine explanou sobre o conceito da Base Nacional Comum Curricular no Plano nacional de Educação e citou as ações propostas para as Unidades Escolares Estaduais / envolvimento de outras redes de ensino. **Profº**

Francisco Pinheiro, por meio de slides, falou sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a necessidade de um pacto federativo para a promoção de reflexão nas escolas, contribuição Academia x Educação Básica. **Profª Alda Pepe** comentou sobre a Resolução 04/2010, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, sobre a Meta 07 do PNE. Ressaltou que a escola precisa mudar em sua estrutura e em sua forma de se fazer aprender. Salientou, também, que o Sistema Nacional de Educação é diferente de Sistema de Ensino; que a escola, por definição, é inclusiva ou deve ser, escola é um espaço que, por lei, deve promover o bem estar. Profª Alda Pepe sugeriu a observância dos anos finais e da garantia do domínio de todas as linguagens pelos estudantes.

A 2ª mesa foi desfeita e com isso, foram iniciadas as intervenções da plenária. Sra. Vera Carneiro salientou a necessidade de reflexão sobre a Educação do Campo; Sra. Cecília falou sobre territorialização da educação / Espaço Territorial x Política de Estado; Sra. Iracema registrou que 876 escolas do campo foram fechadas em 2014 e questionou questão da diversidade na Base Nacional Comum; Profª Ana Sueli questionou sobre a definição de Ciência para a Base Nacional e sugeriu a observância nas páginas preliminares e reflexões sobre o reconhecimento das áreas de conhecimento e seus estatutos científicos; Profº Walisson aconselhou a retomada do PNE como referência e ratificou que o documento não é do MEC, que a versão é preliminar e está sendo discutida por todas as IES. Sugeriu, também, observar o que consiste o SNE, analisar os parâmetros de qualidade; Profª Helaine Souza salientou a observância das modalidades quilombola, indígena e do campo para contribuições no documento, que é preciso mobilizar, inclusive, as Unidades Escolares para apoio. Falou sobre o compromisso Currículo Bahia e citou o envolvimento da União dos Estudantes Secundaristas, APLB Sindicato, Unidades Escolares Privadas; Profª Alda Pepe sugeriu a observância das páginas específicas para as áreas do conhecimento, questão dos privados de liberdade e participação mais efetiva das IES na construção do documento BNC, já que estão próximas da Educação Básica por meio da formação de professores/ Políticas Afirmativas.

A ata da IV Reunião do Forprof – BA, do ano de 2015, foi aprovada e devidamente assinada pelos que fizeram presentes na mesma. O período vespertino foi destinado para as reuniões do Fórum Estadual da Educação e da Comissão do V SBL/Seminário PIBID.